

Juros serão pagos quando dinheiro novo chegar

Washington — AFP

Silvio Ferraz
Correspondente

Washington — Arrumar as malas para regressar ao Brasil não foi uma tarefa enfadonha para o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Afinal, ele pode incluir na sua bagagem expressivo apoio dos principais ministros da Fazenda de países credores, e principalmente dos Estados Unidos, à sua tese de que a solução para os países endividados do Terceiro Mundo está no crescimento econômico. O novo presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, mencionou três vezes em seu discurso a necessidade de os países crescerem para conseguir superar seus compromissos. "O que parecia confronto há um ano atrás, hoje soa como um consenso", observa Funaro. "Estamos definindo neste momento se o mundo será ou não dividido entre países ricos e pobres, e observo com satisfação que a preocupação de todos é com o entendimento", afirmou.

O ministro da Fazenda manteve várias reuniões com o alto escalão econômico do governo americano e a ele pôde explicar as linhas mestras do plano econômico brasileiro. "Nossa necessidade não é de ajustamento econômico. O que precisamos é de refinanciamento", repôs Funaro aos seus interlocutores, entre os quais o secretário do Tesouro, James Baker, e o presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker. O apoio é importante mas não é tudo. Enquanto ele não se materializar em acordos com os bancos credores e 4 bilhões de dólares não forem destinados aos cofres brasileiros, o pagamento dos juros da dívida brasileira permanecerá suspenso, assegura Funaro.

O ministro Dilson Funaro disse não acreditar em acordos entre o governo brasileiro e os banqueiros sem a participação ativa dos governos dos países credores neste processo. "Acordo de banqueiro sem governo não funciona", frisou. Nas reuniões mantidas com os presidentes dos cinco maiores bancos credores americanos, em Nova Iorque, Funaro pôde rever os erros cometidos no passado, de parte a parte, examinar alguns mecanismos de prevenção à sua repetição e mais uma vez reafirmar que o Brasil necessita de refinanciamento. "Não podemos continuar na situação em que estamos. Nos últimos cinco anos pagamos 45 bilhões de dólares e recebemos 11 bilhões de empréstimos", argumentou.

Funaro acredita, no entanto, que o momento da negociação requer maior maturação. Sua percepção é de que países reagem de forma diversa às várias propostas. Dos governos francês e alemão, Funaro já recebeu o apoio para sua tese de que o crescimento é imprescindí-



Funaro e o embaixador brasileiro, Marcílio Moreira, durante a entrevista de encerramento da viagem

vel. Os japoneses ainda precisam de mais tempo, assim como os americanos. O ministro da Fazenda não demonstra impaciência. Ao contrário, ele acredita estar sobre a mesa o futuro dos países endividados e do equilíbrio mundial e por isso mesmo há necessidade de maior meditação.

A importância de sua missão junto à comunidade financeira internacional é por ele usada para não passar recibo às notícias procedentes do Brasil, de que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, quer a sua cabeça. "Isso é democracia", disse aos jornalistas americanos. "Os que não concordam comigo expressem livremente suas opiniões aos jornais. Estamos numa atmosfera muito diferente da dos últimos 21 anos", disse, referindo-se aos governos militares.

Falando ainda sobre o passado, Funaro apontou as falhas do antigo governo que, por seguir a cartilha do Fundo Monetário Internacional, criou uma brutal recessão e o conseqüente desajuste interno da economia. "Ajustamos para fora e desajustamos para dentro. Isso não pode se repetir", frisou. Lembrou também que, por ter seguido as diretrizes do Fundo, o último governo conseguiu que a inflação saltasse de 60% ao ano para 220%. "Não precisamos de ajustamento interno. Afinal, o Brasil é um país com um grande superávit comercial, um dos menores déficits públicos entre os países devedores, potencialidades, e por isso mesmo não pode parar para pagar. Temos que crescer para pagar." A linha mestra do conciso plano que trouxe para exibir à comunidade financeira internacional é a necessidade de crescer em todas as direções para poder fazer frente aos compromissos da dívida. "Não podemos reduzir o mercado interno para criar saldos de exportação e com eles pagar a

dívida. Temos que fazer as duas coisas de forma simultânea", frisou.

Sua proposta básica é pagar 8 bilhões dos 12 bilhões que o Brasil deve de juros este ano, e receber 4 bilhões de dólares em refinanciamento nos próximos quatro anos. Como isso poderá ser feito? Funaro acena com um leque de alternativas que passam desde o financiamento direto até a troca de parte dos juros por investimentos no Brasil. "Sou contra a troca da dívida do principal por investimentos, pois isso nada aliviaria a nossa situação. No próximo ano, ao invés de juros, estariam às voltas para pagar dividendos", explicou.

Funaro rebateu ainda a interpretação de que o acompanhamento da economia brasileira pelo Fundo Monetário Internacional, nos termos acordados com o Clube de Paris, seja o mesmo que monitoramento. "O Brasil é soberano para escolher seu caminho. No entanto, prestar informações ao Fundo, um organismo internacional do qual o Brasil é membro, não significa ingerência. Estamos fazendo o que todos os países membros fazem: mostrando qual o rumo escolhido. Isso é importante para a comunidade internacional e para o Brasil, pois ninguém faz investimentos num país sem diretrizes", observou.

Funaro anunciou, ainda, ter recebido integral apoio do Banco Mundial para o plano brasileiro. O presidente do banco, Barber Conable, decidiu enviar logo após a Semana Santa uma missão de alto nível para examinar as necessidades de financiamento e estudar meios de atendê-las. O ministro da Fazenda parecia bastante tranquilo com o cenário à sua volta. "Não podemos ficar vivendo uma eterna crise externa. É preciso estabelecer agora uma solução mais duradoura para a questão da dívida externa", concluiu.